

AVALIAÇÃO NO CONTEXTO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL: HISTÓRICO, ATUALIDADE E PERSPECTIVAS

FILHO, José Fernandes Melo¹

RESUMO: Para o Programa de Educação Tutorial (PET) as avaliações sempre resultaram em processo de aperfeiçoamento. Foi a partir delas que o PET sobreviveu, revelou sua importância educacional, seus diferenciais pedagógicos e relevantes resultados. Por outro lado, as avaliações também são consideradas pelos Petianos como auditorias necessárias para indicar a necessidade de ajustes e aperfeiçoamento nas ações dos grupos integrantes do Programa. O objetivo deste trabalho é registrar o histórico das avaliações e sua importância no contexto de defesa, evolução e aperfeiçoamento do Programa de Educação Tutorial, cuja perspectiva mais urgente e necessária é a implantação do “novo” instrumento de avaliação, concebido e pronto para utilização desde 2014. Nesse sentido, o texto funcionará também como base de consulta dos petianos para contextualização de informações que se encontram dispersas em vários documentos, muito dos quais de acesso limitado, podendo servir ainda de motivação para a intensificação da mobilização e defesa da imediata necessidade de implantação do Sistema Nacional de Avaliação do PET.

PALAVRAS – CHAVE: Avaliação, PET, MEC, educação, ensino.

ABSTRACT: In the Tutorial Education Program, assessments have always resulted in an improvement process. It was from them that PET survived and revealed its educational importance, its pedagogical differentials and relevant results. On the other hand, the assessments are also considered by the Petianos as necessary audits to indicate the need for adjustments and improvement in the actions of the groups. The objective of this work is to record the history of the evaluations and their importance in the context of

¹ Engenheiro Agrônomo, professor Titular do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, área de atuação Agronomia, Ciência do Solo, Educação Tutorial. E-mail: jfmelofilho@gmail.com

defense, evolution and improvement of the Tutorial Education Program, whose most urgent and necessary perspective is the implementation of the "new" evaluation instrument, conceived and ready to use since 2014. In this sense, the text will also function as a basis for consultation by the Petians to contextualize information that is dispersed in various documents, many of which have limited access, and may also serve as a motivation for intensifying the mobilization and defense of the immediate need for implementation of the National PET Assessment System.

KEYWORDS: Assessment, PET, MEC, education, teaching.

INTRODUÇÃO

A história do Programa de Educação Tutorial - PET e sua relação com os processos de avaliação são largamente conhecidos na comunidade petiana. Desde a sua criação o PET passou por uma série de análises e avaliações, cujo objetivo era aferir a sua eficiência para justificar as tentativas, em uma oportunidade efetivada, de extinção do programa. No entanto, os resultados obtidos demonstraram não só a eficiência e a organização interna, mas que o PET evoluiu de forma dinâmica e consistente, passando de um programa voltado apenas para a formação e lapidação de uma elite de jovens discentes para a mais eficiente ação de formação qualificada e modernização no âmbito do ensino superior brasileiro.

Todas as avaliações realizadas revelaram que o Programa de Educação Tutorial, em seus 42 anos de existência, manteve-se sempre como uma política pública de educação de valor reconhecido não só pela comunidade acadêmica, mas também pela comunidade externa ao ambiente universitário, contribuindo para a formação de profissionais autônomos, qualificados e com capacidade de promover grandes transformações na sociedade. Verificaram também que o PET é uma ação educacional com elevada capacidade transformadora, capaz de modernizar a educação brasileira, reduzir os índices de reprovação, repetência e evasão, melhorar o coeficiente de rendimento dos alunos, gerar uma diversidade significativa de atividades de ensino, pesquisa e extensão e, efetivamente, ser o único Programa da educação brasileira que, de fato, pratica a tríade indissolúvel do

ensino-pesquisa-extensão, complementada pela interdisciplinaridade e a responsabilidade social.

O modelo adotado pelo Programa de Educação Tutorial é complexo e exigente. Tem como base conceitual iniciativas de apoio à qualificação da formação de nível superior utilizadas por universidades de vários países de tradição educacional anglo-saxã, que desenvolveram programas extracurriculares de formação complementar, fortemente meritocráticos, para grupos limitados de estudantes. A primeira experiência estruturada desse modelo de educação foi realizada no Brasil por iniciativa e coordenação do professor Ivon Leite de Magalhães Pinto, então diretor da Faculdade de Economia e Administração (FEA) da Universidade de Minas Gerais (CASTRO, 200-, CÔRREA; LEMOS, 2006; MELO FILHO, 2019). Com adaptações, dentre as quais a originalidade de criação da figura do Tutor, ainda não existente nos modelos mais tradicionais, em 1979, depois de longo e demorado esforço de defesa do modelo de ensino complementar inspirado no “*honor programs*” existente nas *high school* americanas, o professor Cláudio Moura e Castro, egresso e entusiasta do “Programa de Bolsas” executado pelo professor Ivon Magalhães Pinto, aproveitou a sua condição de, então Diretor da CAPES, para implementar a suas ideias de melhoria da formação universitária no Brasil. Montou um grupo liderado pelos professores Ângela Santanna e Marcos Formiga para a criação do denominado Programa Especial de Treinamento - PET (CASTRO, 200-; MELO FILHO, 2019), cuja relação com as avaliações será objeto de discussão neste trabalho.

A qualidade e disponibilidade de registros históricos sobre o Programa de Educação Tutorial, seus resultados e indicadores, pode ser considerada vasta, mas é dispersa e nem sempre acessível com facilidade, condição que dificulta a elaboração de um texto com esse objetivo, mas também significa uma oportunidade de contribuição para que os administradores do PET possam sentir-se estimulados a, institucionalmente, melhorar a sistematização e oferta de informações oficiais que nos permitam discutir e entender a importância, preservar a história do PET na educação superior brasileira e seguir evoluindo, até porque as decisões e encaminhamentos mais importantes no seu processo de aperfeiçoamento foram emanadas dos

resultados das avaliações.

1984: A PRIMEIRA AVALIAÇÃO

Com a saída do professor Cláudio Moura e Castro da direção da CAPES, as condições de apoio ao PET mudaram muito e o programa passou a ser bastante questionado internamente (CAPES) quanto aos objetivos, a concepção pedagógica, ao direcionamento de preparação de estudantes para o ingresso na Pós-Graduação e ao forte caráter meritocrático. Chegou-se a questionar a capacidade intelectual dos mentores do Programa. A intenção era encerrar as atividades do PET (CASTRO, 200-; MELO FILHO, 2019). Nesse contexto, por discordar da proposta de fechamento e considerar que o PET estava relacionado a um modelo de proposta pedagógica inovadora para o ensino de graduação, a Coordenadoria de Treinamento da CAPES, liderada pela professora Maria Auxiliadora Dessen, responsável pelo gerenciamento do PET na época, propôs realizar uma avaliação sistemática do Programa, antes da efetivação da decisão. Assim, a CAPES realizou, internamente, em 1984, a primeira avaliação do Programa de Educação Tutorial. Nessa avaliação, foram considerados os aspectos das condições do espaço físico, das atividades desenvolvidas, do desempenho dos estudantes nos grupos, do relacionamento tutor/bolsista, do desempenho escolar e da rotatividade de bolsistas. Os resultados mostraram que o PET realmente apresentava alguns problemas, porém todos relacionados às responsabilidades do MEC, destacando-se que o sistema de acompanhamento era precário e informal; que faltava parâmetros normativos; que concepção filosófica era frágil; que a heterogeneidade entre os grupos era muito grande. Porém, surpreendentemente, em relação aos aspectos pedagógicos, a avaliação, revelou que o PET resultava em significativa melhoria do desempenho acadêmico e formação diferenciada dos discentes envolvidos, assim como contribuía para superar as deficiências e melhorar os cursos de graduação aos quais estava vinculado. Como resultado, surgiu a "Proposta de Reformulação do Programa de Educação Tutorial", vinculada à decisão de mantê-lo e investir em sua ampliação. Então, em 1986, o PET passou a ser

gerenciado pela Coordenadoria de Bolsas no País - CBP, com a missão de efetuar a conscientização dos grupos e das Pró-Reitorias de Pós-Graduação ou órgãos equivalentes sobre a real necessidade das Instituições de Ensino Superior (IES) assumirem a responsabilidade pelo gerenciamento de seus grupos (DAMASCENO; BRUNÓRIO; ANDRADE, 2006; MELO FILHO, 2019).

1997: A SEGUNDA AVALIAÇÃO

Em 1994, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, diversas ações de reforma do estado, privatizações e austeridade fiscal foram implementadas no Brasil. Nesse contexto neoliberal, a principal missão do Ministério da Educação, comandado pelo ministro Paulo Renato de Souza, foi excluir a educação das funções do estado brasileiro, a qual começou com um forte corte dos recursos destinados ao financiamento do ensino superior. Com esse objetivo e em sintonia com o MEC, o presidente da CAPES, Abílio Baeta Neves, determinou uma série de ajustes no Programa de Educação Tutorial. Segundo o professor Abílio Baeta, o PET era “caro, de alcance limitado e ineficiente”. Considerou também que a filosofia do Programa PET não refletia a visão da CAPES e determinou uma fortíssima redução de custos. O número de bolsas por grupo foi reduzido de 12 para 6, extinguíram-se as bolsas para professor visitante e tutores, suspendeu-se o custeio dos grupos e acabaram-se com as bolsas de Pós-Graduação para os melhores petianos. Por fim, foi sinalizada a intenção de extinguir o PET.

Para comprovar sua percepção sobre o PET e justificar a extinção, em 1997, a CAPES encomendou a segunda grande e sistemática avaliação do PET. Para essa missão a CAPES convocou o Núcleo de Pesquisa do Ensino Superior da Universidade de São Paulo, NUPES/USP, cuja equipe foi liderada pela professora Elizabeth Balbachevsky (MELO FILHO, 2019). Esse estudo foi realizado durante o segundo semestre de 1997 e os resultados publicados em Balbachevsky (1998).

A equipe liderada Balbachevsky (1998) focou seus esforços no mapeamento das contribuições do Programa PET para os cursos de graduação na ótica dos professores e alunos das instituições onde existiam PET e nos

possíveis indicadores de qualificação das atividades acadêmica resultantes da ação petiana em relação às mesmas atividades dos alunos de graduação não-bolsistas do PET.

Foram selecionados 60 grupos PET, estratificados por localização geográfica: sul, sudeste e outras regiões do país e; de acordo com o tipo de curso em relação ao mercado de trabalho: cursos provenientes de áreas básicas e cursos profissionais. Em cada estrato, os grupos foram listados e a composição da amostra estabelecida mediante sorteio aleatório. Segundo Balbachevsky (1998). Foram realizadas 721 entrevistas com alunos de cursos de Graduação que contavam com grupos PET organizados, dos quais 360 eram bolsistas do PET e 361 não-bolsistas do PET, com e sem bolsa de iniciação científica. Entre os professores, foram realizadas no total 298 entrevistas, sendo 59 tutores, 119 professores colaboradores e 120 professores não ligados ao PET.

Quanto aos resultados do PET para os bolsistas, Balbachevsky (1998) verificou que a formação oferecida pelo PET é mais expressiva, mais rica e variada, consistente e comprometida, tanto em relação aos estudantes com bolsa de iniciação científica quanto aos seus colegas não bolsistas. Os resultados revelaram que: 54,7% dos petianos declaram ter lido mais de 90% dos textos indicados nas disciplinas, contra 31,3% dos alunos com bolsa de iniciação científica e 23,1% dos alunos não-bolsistas. Quanto à assiduidade, 67,3% dos bolsistas do PET declararam ter frequentado mais de 90% das aulas ministradas, contra 48,2% dos bolsistas de IC e 42,2% dos alunos não-bolsistas.

Além do envolvimento nas atividades de ensino, o resultado da avaliação realizada por Balbachevsky (1998) destacou a maior participação do bolsista PET também nas atividades de extensão e pesquisa. No que tange as atividades e experiências em relação à participação em atividades de extensão e publicação de trabalhos verificou-se que, apenas 29,6% dos alunos bolsistas do PET declararam nunca ter participado de nenhuma atividade de extensão, contra 54,2% dos alunos bolsistas de IC e 56,7% dos alunos não bolsistas. Ademais, só 28,8% dos alunos do PET responderam nunca ter publicado qualquer trabalho, contra 39,8% dos alunos com bolsa

de IC e 63,5% dos alunos sem bolsa (BALBACHEVSKY, 1998).

Outra dimensão de destaque nos resultados da avaliação de Balbachevsky (1998) foi a quantificação do impacto do PET para melhoria da qualidade dos cursos de graduação. Nesta análise, os avaliadores consideraram um conjunto de indicadores vinculados às atividades extracurriculares de ensino, pesquisa, extensão e produção científica, tendo-se verificado que:

“O principal instrumento de interação entre o grupo PET e seu entorno institucional são as atividades extracurriculares por ele desenvolvidas e/ou apoiadas” (BALBACHEVSKY, 1998).

Os avaliadores verificaram ainda que os petianos, em relação aos outros grupos, bolsistas de iniciação científica e demais alunos, tinham índice de rendimento acadêmico superior, participavam de mais de cinco atividades extracurriculares, apresentavam mais de três trabalhos em eventos e tinham produção científica muito superior e percentagem baixa de alunos sem publicação. Verificaram também que os petianos eram mais estimulados a participar das atividades de seus cursos, frequentando as aulas, envolvendo-se nas disciplinas e participando mais em sala de aula, que os alunos de IC e dos alunos não bolsistas (BALBACHEVSKY, 1998).

Dentre suas conclusões, Balbachevsky (1998) registrou que:

“O perfil acadêmico do aluno bolsista do PET se diferencia dos demais alunos dos cursos de graduação e, principalmente, é melhor do que aquele associado aos alunos com bolsa de iniciação científica”.

No texto do seu relatório Balbachevsky (1998) registrou a necessidade de reforço do PET para aumentar seu impacto no ensino de graduação:

“Será necessário institucionalizar, no desenho do Programa, os canais de comunicação do grupo PET com o seu entorno institucional mais imediato e que esse aspecto precisará receber uma atenção diferenciada por parte dos organizadores do programa como forma de criar círculos virtuosos de melhorias do ensino de

graduação” onde o PET viesse a se implantar.

Vinte e três anos depois (2021) parece que o Ministério da Educação ainda não compreendeu a importância desta recomendação.

1998: AVALIAÇÃO COMPLEMENTAR

Os resultados da avaliação coordenada pela professora Balbachevsky (1998), foram obtidos com metodologia correta, receberam o tratamento estatístico adequado e revelaram-se incontestavelmente positivos, no entanto, a CAPES considerou que eram insatisfatórios. Como reação, a Diretoria de Avaliação da CAPES instituiu uma nova Comissão para realizar outra avaliação, ainda em 1998.

A nova Comissão de Avaliação foi formada por seis professores, sendo três representantes das áreas de conhecimento da CAPES e três avaliadores externos. Para realizar a avaliação a nova Comissão visitou 16 instituições de ensino e 144 grupos, alcançando 45% dos grupos do programa PET, que à época totalizavam 315, envolvendo 3.466 bolsistas, 315 Tutores em 59 instituições de ensino superior. As avaliações foram presenciais e cada instituição de ensino foi visitada por um membro representante da CAPES acompanhado de um consultor externo ad hoc. Para melhor organizar o processo, cada grupo PET e sua correspondente IES, foram avaliados de forma qualitativa em seu desempenho sob os seguintes quesitos: Q1: Atividades permanentes e relevantes voltadas para a graduação; Q2: Atividades permanentes e relevantes voltadas para a pesquisa; Q3: Atividades permanentes e relevantes voltadas para a extensão e Q4: Impacto na grade curricular do curso ao qual estava vinculado. Para cada um desses quesitos foram atribuídas as seguintes notas: 1 - Deficiente; 2 - Regular; 3 - Bom; 4 - Muito Bom e 5 - Excelente. Foram ouvidos Pró-Reitores de Graduação, de Extensão e de Pós-Graduação, bolsistas do PET e os Tutores. Todos deveriam responder uma série de questões previamente elaboradas pelos avaliadores. Esse trabalho confirmou os resultados da pesquisa de Balbachevsky (1998) e ainda resultou em outras conclusões sobre os

relevantes efeitos positivos das ações do PET. Os resultados estão registrados em um relatório interno apresentado à CAPES, com indicação de divulgação feita em abril de 1999, porém sem publicação formal dos resultados, como aconteceu com a avaliação de Balbachevsky (1998).

Segundo os resultados registrados no relatório entregue para a CAPES pela Comissão (1999) que realizou a nova avaliação, o PET era:

“O único programa institucional da educação brasileira voltado para a graduação que trabalhava no formato de grupo interdisciplinar ancorado em alunos e professores”

Sendo capaz de melhorar substancialmente o ensino de graduação onde estava instalado, formar jovens bilíngues e versáteis, com capacidade de leitura e pesquisa, de iniciativa e de crítica; de trabalho em equipe, de expressão oral e argumentação; de realizar contatos, administrar tempo, priorizar, planejar e executar. Nesse contexto, segundo a Comissão (1999), o PET gerava um entusiasmo contagiante entre alunos e melhorava o aproveitamento da estrutura universitária pelo discente, ressignificando positivamente sua passagem na instituição acadêmica.

Os avaliadores da Comissão (1999) identificaram também que, no sistema educacional brasileiro, o PET era o único programa que passava por avaliação institucional regular. Outra conclusão revelou que o PET era um programa fundamental para a implementação de ações voltadas para a comunidade externa à Universidade, principalmente aquelas destinadas para o ensino médio e fundamental. Segundo a Comissão (1999), no PET os bolsistas desenvolviam a cidadania, aprendiam a organizar e a conduzir eventos acadêmicos com objetivos de promover oportunidades para o debate de questões da atualidade e a buscar soluções para as demandas da comunidade externa.

Outros aspectos apontados no relatório da Comissão (1998) indicaram que o PET se configurava, na esfera educacional, como um dos mecanismos mais eficazes de melhoria do ensino de graduação com grande relevância na integração entre alunos e professores não vinculados ao Programa. Registraram a identificação de contribuições das ações petianas para: a integração dos alunos ao ambiente institucional da universidade;

potencializar a utilização da estrutura curricular como suporte à continuidade dos estudos em nível de Pós-Graduação; estímulo à autonomia dos alunos e na implementação de ações voltadas para a comunidade externa, principalmente na educação básica. Outro aspecto que merece registro nos resultados dessa avaliação foi o elevado grau de concordância dos conceitos obtidos com os resultados das avaliações sistemáticas conduzidas pela CAPES com base nos relatórios de atividades dos grupos. Embora não tenha sido registrado pelos avaliadores, tal concordância credita aos grupos e aos tutores um elevado grau de responsabilidade e de lisura no preenchimento dos relatórios anuais de atividades petianas. Condição que se mantém como uma das virtudes dos petianos até hoje.

A Comissão (1998) destacou ainda dez pontos relevantes de reconhecimento da importância do PET e cinco sugestões de aperfeiçoamento, as quais foram os seguintes:

1. Vinculação do PET às Pró-Reitorias de graduação, indicada como a instância acadêmica capaz de obter o maior proveito da ação dos grupos PET para iniciar mudanças e encaminhar processos de melhoria no ensino de graduação.
2. Aproveitamento das atividades petianas com atribuição de créditos para integralização da carga horária dos cursos, com sugestão de inclusão nas diretrizes curriculares.
3. Aprimoramento do sistema de avaliação que deveria, pela natureza do Programa, passar a ser flexível, de longo prazo, dinâmico e multidimensional.
4. Fortalecimento da estrutura do Programa e exclusão de grupos que se mostrassem incapazes de assimilar a filosofia do PET, e
5. Avaliação da situação dos egressos, pelas fortes evidências de desempenho diferenciado dos mesmos no mercado de trabalho.

Por fim, foi realizada também uma comparação do PET com a situação do ensino de graduação, à época, nos Estados Unidos. Segundo a Comissão (1998) um relatório de avaliação apontava que apesar do avanço no conhecimento, as universidades americanas precisavam melhorar seu sistema de ensino com a introdução de um sistema de tutoria de longo prazo; de

sistemas de educação interdisciplinar; de programas de expressão escrita e oral e utilização de tecnologia de informação, dentre outras ações, iniciativas que no sistemas brasileiro de ensino de graduação já vinham sendo adotadas pelo PET/CAPES nos cursos onde os grupos do então Programa Especial de Treinamento estavam instalados.

2002: INSTITUIÇÃO DA COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO

Do período inicial, entre 1979 até 1995, o processo de avaliação do PET era realizado pelas Coordenações das Áreas de Conhecimento da CAPES, com base na análise do funcionamento interno dos grupos e dos registros realizados nos Planejamentos e Relatórios de atividades semestrais e anuais, os quais eram encaminhados para consultores especialistas para a emissão de parecer e atribuição de conceitos: Muito bom, Bom, Regular e Fraco. Quando o PET passou para a SESu, esse sistema passou por algumas alterações, tendo os especialistas da CAPES sido substituídos pelos tutores e a coordenação exercida por uma Comissão Nacional de Avaliação, responsável pela finalização do processo e homologação dos resultados apurados.

A criação da Comissão Nacional de Avaliação foi uma das demandas atendidas pelo MEC depois de muitas ações de mobilização e discussão no âmbito do PET, que à época passava também por algumas resistências do FORGRAD. Para encaminhar soluções e minimizar as críticas do FORGRAD, a SESu organizou, em 2001, um Seminário Nacional do Programa PET, cujos resultados foram concretizados com a aprovação do novo Manual de Orientações Básicas (MOB) e publicação de duas Portarias, a de número 647/2002 e a 648/2002, que estabeleceram, respectivamente, novas diretrizes para o PET e criava a Comissão Nacional de Acompanhamento e Avaliação do PET (NEVES; HILDALGO, 2005; TOSTA et al., 2006), a qual, a partir de então, seria responsável por estabelecer normas e critérios para o acompanhamento e avaliação do desempenho dos grupos selecionados pelo PET e também auxiliar no processo de seleção e aprovação de novos grupos. A criação da Comissão Nacional de Acompanhamento e Avaliação possibilitou

o retorno das avaliações nacionais.

A Comissão Nacional de Avaliação ainda existe, mas o processo de avaliação passou, novamente por alterações, desta feita para atender a indicações aprovadas nos ENAPETs, solicitando que as avaliações passassem a ser feitas no âmbito dos CLA - Comitês Locais de Acompanhamento, que com a nova missão passaram a ser denominados de CLAA - Comitês Locais de Acompanhamento e Avaliação, com a missão de também realizar as avaliações dos grupos de suas IES e montar um relatório anual consolidado para envio à Comissão Nacional de Avaliação, responsável por auditar e consolidar o resultado nacional.

2006: PRIMEIRA AVALIAÇÃO NACIONAL

A edição e aprovação da Lei 11.180/2005, regulamentada pela Portaria 3.385/2005, resultou em uma série de avanços para a consolidação e funcionamento do PET. Essa legislação definiu critérios de transparência, do funcionamento administrativo e acadêmico e, principalmente, estabeleceu as normas e a periodicidade do processo da avaliação nacional (BRASIL, 2005; BRASIL MEC, 2005) tão reclamada pelos Petianos. O MEC assumiu sua responsabilidade e, pela primeira vez, o Programa de Educação Tutorial seria avaliado sob premissas positivas, entendida como uma etapa fundamental de aperfeiçoamento para elevar a já reconhecida qualidade do Programa e servir de exemplo para a consolidação da cultura de avaliação na educação superior brasileira.

A primeira avaliação nacional do PET foi cuidadosa e eficientemente planejada e executada entre fevereiro e setembro de 2006. Os resultados foram publicados em dezembro do mesmo ano. Todo o processo de execução, suas premissas, procedimentos, metodologia, instrumentos, indicadores e resultados estão detalhadamente descritos em Brasil MEC (2006), relatório cuja leitura recomenda-se para aqueles que fazem parte do PET e ou pretendem contribuir para esse importante tema no contexto da Educação Tutorial, posto que, os resultados são abrangentes e amplos, condição que dificulta a elaboração de uma síntese como exigido em um texto como este.

A Comissão responsável pela primeira avaliação nacional foi composta pelo diretor do DEPEM, pelo coordenador do PET na SESu e mais 16 docentes universitários, os quais foram selecionados via edital com participação do MEC e IES, em um processo definido como: “*institucional cooperativo, inovador e transparente*”, cujos avaliadores foram selecionados com base em tempo de experiência acadêmica, currículo e envolvimento com ensino, pesquisa e extensão na graduação (BRASIL MEC, 2006). Foram avaliados 298 grupos e tutores e 3.576 bolsistas. Os conceitos aplicados foram: Ótimo: 8,5 - 10,0; Bom: 7,0 - 8,4; Regular: 5,0 - 6,9; Fraco: 0,0 - 4,9, para as atividades desenvolvidas pelos grupos, pelos bolsistas e pelos tutores, resultando em pareceres finais com os seguintes conceitos: “grupo avaliado sem restrição; grupo avaliado com restrição e grupo reprovado”.

De maneira geral, os resultados da primeira avaliação nacional foram amplamente positivos e favoráveis para o PET, tendo-se verificado a predominância absoluta dos conceitos ótimo e bom (entre 70% e 90% de recorrência) para os indicadores utilizados no estudo (Brasil MEC, 2006). Dos conceitos emitidos verificou-se que, dos 298 grupos avaliados apenas dois não foram aprovados, tendo-se, indicado a troca de tutor em seis grupos, visita in loco em 24 grupos e a necessidade de pequenos ajustes de registro e detalhamento de informações em outros 106 grupos. Por outro lado, a contextualização dos resultados dessa avaliação permite indicar os seguintes destaques:

- Que o PET contribui, efetivamente, para a melhoria da qualidade do ensino superior brasileiro ao possibilitar que o bolsista revele e trabalhe suas aptidões e potenciais via utilização integrada de conteúdos, metodologias e procedimentos de ensino inovadores e complementares ao curso de Graduação. Tal contexto resulta para o Petiano em formação mais contextualizada com a devida compreensão da sua futura ação profissional, na qual a competência técnica tem o mesmo grau de importância da cultural e da responsabilidade social, sendo por isso, um meio diferenciado de aprendizagem.

- Que as atividades de extensão realizadas pelos grupos contribuem para agregar importantes valores de cidadania à formação

acadêmica dos estudantes e melhorar a inserção social do PET, sendo características dessa atividade a constante preocupação em reforçar o coletivo institucional e evitar o assistencialismo.

- Que as práticas adotadas no trabalho dos grupos a exemplo de: democratização das decisões, acompanhamento e orientação, incentivo à leitura complementar, desenvolvimento de autonomia e da reflexão crítica, formação interdisciplinar, respeito a individualidade e a diversidade são reveladores de um modo de promover a aprendizagem próprios da educação tutorial, acrescente-se, sem paralelo na educação superior brasileira.

2019: NOVA AVALIAÇÃO EXTERNA

Seguindo a tradição, em 2018, privativamente, o MEC encomendou mais uma avaliação do programa de Educação Tutorial, cuja realização foi, oficialmente, justificada como parte de um conjunto de ações e esforços do governo para o aprimoramento dos programas no âmbito da educação. Para o PET, essa avaliação foi indicada como um instrumento de gestão para a equipe da Secretaria de Ensino Superior - SESu/MEC dispor de elementos de avaliação geral que servissem de apoio ao aprimoramento do sistema de planejamento, acompanhamento e avaliação do Ministério de Educação. Para a realização desta avaliação o MEC contratou o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE, de Brasília. O estudo foi realizado com base em informações de acompanhamento e avaliação fornecidos pela SESu/MEC, e segundo os realizadores, trata-se de uma análise descritiva realizada com informações quanti qualitativas do PET com foco nos objetivos do Programa e seus resultados no período de 2013 - 2017. Os resultados foram publicados em CGEE (2019), sendo, também, recomendada sua leitura para aprofundamento da análise.

O estudo realizado por CGEE (2019) é bem estruturado e organizado. Apresenta indicativos de pontos que podem, se bem aproveitados, contribuir para o aperfeiçoamento do Programa PET. Resgata também, de forma eficiente, o histórico recente do PET, a partir de 2005. Sua primeira referência de análise trata do tópico marco legal e governança, no qual os avaliadores registram a dificuldade de análise pela qualidade do banco de dados

disponibilizado pela SESu/MEC, condição cuja melhoria da qualidade dos registros é uma das necessidades mais prementes de aperfeiçoamento na administração do PET pelo MEC. O estudo indica também a necessidade de aperfeiçoamento da interação entre a SESu/MEC, os Comitês de Acompanhamento e Avaliação - CLAA e os grupos, condição que precisa encontrar instrumentos adequados para viabilizar uma “*governança fluida, transparente e ágil*” (CGEE, 2019).

Quanto à abrangência detectou-se que o PET, em sua atual configuração de 842 grupos, está presente em todas as regiões brasileiras, nos 26 estados e no Distrito Federal, sendo por isso, um importante instrumento de ampliação da qualificação do ensino superior e da política educacional no Brasil (CGEE, 2019), destacando-se que existem grupos PET em todas as grandes áreas de conhecimento, com destaque para os grupos multidisciplinares, em capitais e no interior, em instituições de ensino superior, públicas e privadas, de patrocínio federal, estadual e municipal, embora em sua maioria estejam alocados em Universidades Federais, as quais abrigam aproximadamente 80% dos grupos.

Para o período de 2013 - 2017, foram registradas mais de 20 mil atividades desenvolvidas pelo conjunto de grupos PET de todo o país, abrangendo pesquisa, ensino, extensão e atividades diversas de fortalecimento e ampliação da formação curricular, em sua maioria absoluta com articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Em 2017 cada grupo PET desenvolvia, em média, 14 atividades por ano. No mesmo estudo verificou-se que a maior parte das atividades desenvolvidas pelos grupos foram devidamente planejadas com antecedência e seus resultados registrados, com taxa de sucesso correspondente a 84%, baixíssima taxa de insucesso (5,1%) e de não execução (7,1%), indicando que os grupos possuem excelentes práticas de planejamento e execução.

Por fim, os avaliadores (CGEE, 2019) registraram que, em termos quantitativos, o volume de atividades desenvolvidas pelos 842 grupos PET demonstraram a vitalidade e o dinamismo do PET, consistindo em evidências de sua contribuição para o dinamismo dos programas vinculados ao ensino de graduação existentes no Brasil, tendo sido exitoso em alcançar total

abrangência nacional e diversificação, tanto em termos da instituição de Ensino Superior de vinculação do grupo, como em termos de área do conhecimento, atendendo a política de interiorização da educação, da ciência e da tecnologia do país nas últimas décadas.

2014: CONCEPÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DO PET

A descentralização das ações de avaliação via CLAA reforçou a percepção da necessidade de se estabelecer um sistema que contemplasse um conjunto homogêneo de parâmetros de aferição da eficiência para todos os grupos PET do Brasil. Com base nessa demanda, em dezembro de 2013 o MEC, via Portaria número 60 de dezembro de 2013, definiu uma nova composição para a Comissão Nacional de Avaliação, a qual realizou sua primeira reunião em fevereiro de 2014, para, entre outros pontos de pauta, discutir uma proposta do “Sistema Nacional de Avaliação do PET”.

Nessa reunião duas importantes decisões foram tomadas. A primeira referente aos Planejamentos e Relatórios dos exercícios de 2010, 2011 e 2012, que, por falta de parâmetros e indicadores de aferição, ainda não tinham sido avaliados pelos CLAAAs e pela Comissão Nacional de Avaliação. Como encaminhamento, definiu-se por levantar junto às Pró-Reitorias de Graduação se os planejamentos e relatórios anuais dos referidos exercícios tinham sido devidamente entregues pelos grupos PET e arquivados pelos CLAAAs ou Pró-Reitorias. Confirmando-se essa hipótese, os grupos PET que realizaram esses registros tiveram seus planejamentos e relatórios, para efeito de registro no MEC, considerados como avaliados e adimplentes.

A segunda importante decisão da reunião de fevereiro de 2014, foi a criação de dois grupos de trabalho para discutir e apresentar propostas para os seguintes temas: i) indicadores e modelo de avaliação dos grupos PET pelo Comitê Local de Acompanhamento e Avaliação – CLAA; e indicadores e modelo de avaliação dos relatórios institucionais do CLAA pela Comissão Nacional de Avaliação do PET; ii) redação do novo manual de orientações básicas do PET.

O grupo de trabalho responsável pela concepção do Sistema de

Nacional de Avaliação do PET realizou, ainda no ano de 2014, uma série de reuniões, as quais resultaram na materialização do instrumento que deveria ser adotado no Sistema Nacional de Avaliação dos Grupos PET, cuja concepção considerou: todas as contribuições enviadas pelos grupos que se propuseram a contribuir; os objetivos e às diretrizes nacionais estabelecidos para o PET; à diversidade das propostas e a identidade dos grupos PET na perspectiva da formação de cidadãos críticos e qualificados e; nas proposições dos especialistas em avaliação convidados como consultores.

Após uma série de reuniões, o grupo de trabalho finalizou a proposta de instrumento de avaliação, o qual foi organizado em seis macro eixos, contemplando:

Eixo 1 – Da Identificação do Grupo: apresentação dos dados e informações correspondentes à IES e ao grupo PET. Esse eixo trata do Relato Institucional, elaborado pelo Comitê Local de Acompanhamento e Avaliação (CLAA), o qual descreve e evidencia os principais elementos do grupo PET, incluindo os relatórios elaborados pelo grupo PET no período de abrangência da avaliação.

Eixo 2 – Da Declaração de Resultados: apresentação quantitativa de resultados, tendo em vista os recursos investidos e as atividades desenvolvidas pelo grupo PET.

Eixo 3 – Do Planejamento e Avaliação: descrição e identificação dos principais elementos do processo avaliativo da IES em relação ao planejamento e relatório anual do grupo PET, e aos demais documentos institucionais do período de abrangência da avaliação.

Eixo 4 – Do Desenvolvimento Institucional: avaliação, com foco no projeto PET proposto ou implantado, que consiste na verificação da coerência existente entre o planejamento e as ações do grupo nas diferentes vertentes de sua atuação acadêmica – ensino, pesquisa e extensão. O Eixo 4 visa verificar os diferentes caminhos percorridos (ou a percorrer) tendo como base a missão e os propósitos do PET.

Eixo 5 – Da Comunicação e Interação: avaliação da comunicação e interação do grupo PET com outros grupos PET, com grupos de pesquisa e extensão, com a comunidade interna e externa.

Eixo 6 – Das Políticas de Gestão: avaliação do desenvolvimento das políticas de gestão do grupo PET.

Eixo 7 – Da Infraestrutura: avaliação das condições de infraestrutura que a IES disponibiliza para o desenvolvimento das atividades do grupo PET.

Cada um dos eixos descritos acima possui seu próprio conjunto de indicadores e níveis de aferição, porém sua complexidade e grau de detalhamento inviabilizam a descrição completa em um documento desta natureza. De acordo com a concepção, o processo de avaliação deve considerar as seguintes premissas: justificativa para os conceitos atribuídos a cada um dos indicadores de forma contextualizada, abrangente e coerente; coerência entre o conceito atribuído e a justificativa; análise do projeto do grupo PET e demais documentos considerados pertinentes para a verificação da identidade do grupo a ser descrita no Eixo 1; balizamento da avaliação somente nos aspectos estabelecidos no respectivo indicador, baseando-se nas informações contidas nos documentos disponíveis, como legislação em vigor, projeto do grupo PET, planejamentos e relatórios anuais, e outros considerados pertinentes; explicitação dos documentos que serviram de base para a avaliação, seguindo ainda, a seguinte lógica de atribuição dos conceitos/descrição: 1 - Quando o indicador avaliado configura uma condição observada: NÃO EXISTE, NÃO ESTÁ RELACIONADA ou NÃO ATENDE A REQUISITOS MÍNIMOS DE QUALIDADE; 2 - Quando o indicador avaliado configura uma condição INSUFICIENTE; 3 - Quando o indicador avaliado configura uma condição SUFICIENTE; 4 - Quando o indicador avaliado configura uma condição MUITO BOA, MUITO BEM; 5 - Quando o indicador avaliado configura uma condição EXCELENTE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os significados e os objetivos atribuídos aos processos de avaliação institucional são diversos, podendo estar associados tanto à ideia de punição quanto a de aperfeiçoamento, mas, independentemente da lógica, sua aplicação é um processo complexo, que exige isenção e ética na concepção, na coleta dos dados, na interpretação dos indicadores de aferição e,

sobretudo, análise dos resultados. Na história do Programa de Educação Tutorial as avaliações sempre estiveram presentes. Foram aplicadas com diversos objetivos e justificativas, porém seus resultados foram sempre respeitados e utilizados como referência para a tomada de decisões e encaminhamentos de aperfeiçoamento das ações do PET, mesmo quando contrariavam a lógica da justificativa de sua aplicação. Como consequência da experiência vivida, o PET aprendeu a respeitar os processos de avaliação e utilizá-los como instrumento de gestão. Talvez por isso, a comunidade petiana seja, na educação brasileira, a única que demanda e exige aplicação regular e sistemática e contínua de processos de aferição da qualidade de sua ação, mantendo-se permanentemente ciosa de sua responsabilidade com as premissas e objetivos do PET, elaborando planejamentos exequíveis e vinculados aos seus objetivos, executando-os precisamente e registrando seus resultados em relatórios possíveis de serem auditados em qualquer tempo em que se pretenda aferir as suas ações, pois para o PET, ser avaliado é uma oportunidade estratégica de autoconhecimento, identificação de fragilidades, evolução e concretização das perspectivas de produzir e implementar melhorias na educação superior brasileira, compromissos que historicamente garantiram a existência da Educação Tutorial.

REFERÊNCIAS

BALBACHEVSKY, E. **O programa especial de treinamento – PET/CAPES- e a graduação no ensino superior Brasileiro**. Boletim Informativo, v. 6. n.2. p.6 – 23. 1998.

BRASIL. Comissão de Avaliação do PET. **Relatório da comissão de avaliação do Programa Especial de Treinamento**. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, abril de 1999.

BRASIL. **Lei Federal Nº 11.180**, de 23 de setembro de 2005. Disponível em: <http://www.unirio.br/prograd/programas-de-graduacao/pet/Lei1118023desetembrode2005.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2021.

BRASIL MEC. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. **Portaria** nº 3.385, de 29 de setembro de 2005. Disponível em: <http://www.unirio.br/prograd/programas-de-graduacao/pet/portaria338529desetembrode2005.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2021.

BRASIL MEC. Ministério da Educação. Departamento de Programas e Modernização da Educação Superior. **PET: relatório geral da avaliação nacional - ano 2006.** 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/PET/pet_rel_geral_avaliao_2006.pdf. Acesso em: 05 mai. 2021.

CGEE - CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS. **Avaliação do Programa de Educação Tutorial - PET** (Relatório Final). Brasília: CGEE. 2019. 37p.

CORRÊA, A. F.; LEMOS, C. B. Pet: a gênese do programa de educação tutorial. In: ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS PET- ENAPET, 11., 2006, Florianópolis. **Anais.** Florianópolis: UFSC, 2006. Disponível em: <http://www.enapet.ufsc.br/anais/PET_A_genese_do_Programa_de_educacao_tutorial.pdf> Acesso em: 16 junho de 2019.

CASTRO, Cláudio de M. **O PET visto por seu criador.** [S.l.: s.n., 200-]. Ensaio. Disponível em: <http://www.petma.ufsc.br/arquivos/artigo.doc>. Acesso em: 11 mar. 2005.

DAMASCENO, Renata Fiúza; BRUNÓRIO, Ludimila; ANDRADE; Maria Betânia Tinti de. O programa de educação tutorial - pet - sob a ótica dos iniciantes. **Revista Mineira de Enfermagem**, v. 10, n. 2, p. 160-165, 2006.

MELO FILHO, José Fernandes. Programa De Educação Tutorial: trajetória, desafios e articulações. **Revista Eletrônica do Programa de Educação Tutorial-Três Lagoas/MS**, v. 1, n. 1, p. 33-56, 2019.

NEVES, Marcos César Danhoni; HIDALGO, Mirian Marubayashi. **Reinventando a graduação: os grupos de Educação Tutorial (PET) da UEM.** Maringá: Massoni, 2005. 2015p.

TOSTA, Rosa Maria et al. Programa de educação tutorial (PET): uma alternativa para a melhoria da graduação. **Psicol. Am. Lat.**, México, n. 8, nov. 2006. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2006000400004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 08 jun. 2021.

Recebido em: 31 de Julho de 2021.
Publicado em: 31 de Outubro de 2021.